

A APLICAÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

THE APPLICATION OF THE SOCIO-EDUCATIONAL MEASURE FOR INTERNMENT BY THE COURT OF JUSTICE OF THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL

LA APLICACIÓN DE LA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNACIÓN POR LA CORTE DE JUSTICIA DEL ESTADO DE RIO GRANDE DO SUL

SUMÁRIO:

Introdução; 2. As medidas socioeducativas no ordenamento jurídico brasileiro; 3. A medida socioeducativa de internação no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul; 4. As alternativas para o adolescente no cumprimento de medidas socioeducativas; 5. Considerações finais; Referências.

RESUMO:

A partir da contextualização das medidas socioeducativas no Brasil e dos requisitos necessários à internação, o presente trabalho trata da análise dos acórdãos proferidos pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul durante o ano de 2019 em processos que aplicaram a internação como medida socioeducativa à adolescentes que praticaram ato infracional. Conclui-se que prevalece o princípio da institucionalização enquanto o Estatuto da Criança e do Adolescente oferece às autoridades alternativas de responsabilização socioeducativa. O método de abordagem utilizado foi o dedutivo, de procedimento o mono-

Como citar este artigo:
CUSTÓDIO, André,
CASSIONATO,
Andréa. A aplicação da
medida socioeducativa
de internação pelo
Tribunal de Justiça
do Estado do Rio
Grande do Sul.
*Argumenta Journal
Law*, Jacarezinho – PR,
Brasil, n. 40, 2023,
p. 261 -295

Data da submissão:
01/09/2020

Data da aprovação:
28/12/2021

1. Universidade de Santa Cruz do Sul – Brasil
2. Universidade de Santa Cruz do Sul - Brasil

gráfico, com técnicas de pesquisa bibliográfica e documental.

ABSTRACT:

Considering the contextualization of socio-educational measures in Brazil and the necessary requirements for internment, this article analyzes the judgments handed down by the Rio Grande do Sul Court of Justice in 2019, in cases that applied internment as a socio-educational measure to adolescents who committed an infractional act. The conclusion is that the principle of institutionalization prevails, while the Statute of the Child and Adolescent offers the authorities alternatives for socio-educational accountability. The deductive method was used, with a monographic procedure, using bibliographical and documentary research techniques.

RESUMEN:

A partir de la contextualización de las medidas socioeducativas en Brasil y de los requisitos necesarios a la interacción, el presente trabajo trata del análisis de las sentencias emitidos por el Tribunal de Justicia de Rio Grande del Sur durante el año 2019 en procesos que aplicaron la interacción como medida socioeducativa a los adolescentes que realizaron alguna infracción. Se concluye que prevalece el principio de la institucionalización mientras el Estatuto del Niño y del Adolescente ofrece a las autoridades alternativas de responsabilización socioeducativa. El método de enfoque utilizado fue el deductivo, del procedimiento el monográfico, con técnicas de investigación bibliográfica y documental.

PALAVRAS-CHAVE:

Direitos Humanos; Adolescente; Institucionalização; Serviço socioeducativo; Justiça.

KEYWORDS:

Human rights; Adolescents; Institutionalization; Socio-educational services; Justice.

PALABRAS CLAVE:

Derechos Humanos; Adolescente; Institucionalización; Servicio Socioeducativo; Justicia.

INTRODUÇÃO

O objetivo geral da pesquisa é analisar a excepcionalidade da aplicação da medida socioeducativa de internação a partir dos julgados do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Os objetivos específicos foram desenhados para contextualizar as medidas socioeducativas segundo a matriz da teoria da proteção integral, descrever sua regulamentação no Estatuto da Criança e do Adolescente e analisar as decisões do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul sobre a matéria. O estudo questiona como a garantia de excepcionalidade da medida socioeducativa de internação tem sido considerada pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 15 de outubro de 1998, estabeleceu em seu artigo 228 a imputabilidade penal em dezoito anos. Assim, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, fixou regras de regulamentação de sistema especial de responsabilização denominado socioeducativo. Dentre as medidas aplicáveis ao adolescente em decorrência da autoria de ato infracional destaca-se a medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional, prevista no artigo 112 do Estatuto.

Dentre as diversas possibilidades de aplicação de medida socioeducativa, a internação é considerada medida excepcional, conforme dispõe o artigo 121, § 2º, do Estatuto ao determinar que, se houver outra medida adequada, a internação não deve ser aplicada.

No mesmo contexto, o legislador permitiu atividades externas àqueles adolescentes em cumprimento de medida de internação, salvo expressa determinação judicial em contrário, conforme o artigo 122, § 1º. Todavia, a análise dos julgamentos proferidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul durante o ano de 2019 indica que a internação como medida socioeducativa vem sendo aplicada com grande viés punitivo em detrimento de sua função social e educativa. A carência de fundamentação adequada para a internação, sendo esta consistente apenas na gravidade do ato praticado, é algo recorrente.

A constatação de que os direitos dos adolescentes estão sendo desrespeitados, eis que a internação vem sendo aplicada sem atender os requisitos impostos pela legislação vigente, importará em sugestões de alternativas para atender o adolescente que praticou ato infracional de

forma a respeitar todos os seus direito e garantias fundamentais de forma a assegurar os fundamentos principiológicos do direito da criança e do adolescente.

Para o desenvolvimento do tema foi utilizado o método de abordagem dedutivo, considerando o contexto geral consistente nas medidas socioeducativas previstas no ordenamento jurídico brasileiro até a análise das fundamentações das decisões que determinam a aplicação da internação como medida socioeducativa pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Como método de procedimento foi adotado o monográfico, com técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi realizada nas seguintes bases de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, Academia.edu, *Google Scholar*, *Web of Science* e *Scielo*. A pesquisa documental envolverá o levantamento de legislação no site do Planalto, documentos técnicos orientadores da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Fundação Abrinq, dados divulgados pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e julgamentos proferidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul durante o ano de 2019.

2. AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

A aprovação do Decreto n. 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, denominado Código de Menores, estabeleceu pela primeira vez no Brasil a regulamentação de respostas jurídicas especializadas para o caso de crianças e adolescentes autores de infrações penais ao fixar a imputabilidade penal nos dezoito anos de idade (BRASIL, 1927).

Influenciado pelas correntes deterministas no campo da psicologia e sociologia, o Código de Menores de 1927 incorporou uma concepção repressiva e referendou a cultura de institucionalização e responsabilização individual como resposta estatal às consequências da histórica exclusão social brasileira, assim “o Estado respondeu pela primeira vez com internação, responsabilizando-se pela situação de abandono e propondo-se a aplicar os corretivos necessários para suprimir o comportamento delinquencial. Os abandonados agora estavam na mira do Estado” (PASSETTI, 2018, p. 354).

As práticas de institucionalização foram mantidas por ocasião da primeira reforma no sistema realizada pela organização do Serviço de Atendimento aos Menores (SAM) através do Decreto-Lei n. 3.799, de 05 de novembro de 1941, que no artigo 2º definiu seus objetivos:

Art. 2º - O S.A.M. terá por fim:

sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares;

proceder à investigação social e ao exame médico-psicopedagógico dos menores desvalidos e delinquentes;

abrigar os menores, à disposição do Juízo de Menores do Distrito Federal;

recolher os menores em estabelecimentos adequados, a fim de ministrar-lhes educação, instrução e tratamento sômatopsíquico, até seu desligamento;

estudar as causas do abandono e da delinquência infantil para a orientação dos poderes públicos;

promover a publicação periódica dos resultados de pesquisas, estudos e estatísticas. (BRASIL, 1941)

O modelo adotado pelo Serviço de Atendimento aos Menores priorizou as práticas de institucionalização, confundindo as causas das situações de atendimento e, portanto, colocando no mesmo espaço crianças e adolescentes abandonados, autores de infrações penais ou qualquer outro que estivesse em desacordo com os ideais de infância concebidos para época, resultando em práticas de perseguição e repressão àqueles em piores condições, que sob o discurso da caridade e do assistencialismo, se transformavam sob o estigma do “menorismo” em objeto de controle social.

Essa condição permaneceu inalterada com a implantação da Política Nacional do Bem-Estar pela Lei n. 4.513, de 1º de dezembro de 1964, que incorporou nas suas diretrizes a ideologizada segurança nacional da Escola Superior de Guerra americana passando a tratar a menoridade como um problema de segurança nacional (BRASIL, 1964). A partir desse momento passou-se a dar ênfase na recuperação de crianças e adolescentes mediante a educação na reclusão, considerando, para tanto, sua

condição biopsicossocial (PASSETTI, 2018, p. 357).

O Código de Menores, aprovado pela Lei n. 6.697, de 10 de outubro de 1979, seguiu a mesma concepção ao adotar no artigo 14, VI a aplicação pela autoridade judiciária a medida de internação em estabelecimento educacional, ocupacional, psicopedagógico, hospitalar, psiquiátrico ou outro adequado, referendando a cultura de institucionalização como prática dominante baseada no discurso da situação irregular e da responsabilização individual (BRASIL, 1979).

A redemocratização do país e a promulgação da Constituição Federal de 1988 mudaram radicalmente o fundamento do ordenamento jurídico e das políticas públicas voltadas para a criança e o adolescente instituindo o Direito da Criança e do Adolescente como ramo jurídico autônomo constituído por princípios e regras próprios baseados na teoria da proteção integral.

Ao tratar dos direitos da criança e do adolescente, a Constituição Federal reconheceu os direitos fundamentais básicos atribuindo responsabilidades compartilhadas para sua efetivação à família, à sociedade e ao Estado, nos seguintes termos.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. [...]

§ 3º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos: [...]

- garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica;

- obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade; [...] (BRASIL, 1988).

No mesmo sentido, a Constituição Federal assegurou, no artigo

208, a garantia de imputabilidade penal até os dezoito anos de idade e determinando a regulamentação pela via de legislação especial. (BRASIL, 1988). Foi o Estatuto da Criança e do Adolescente que estabeleceu a nova regulação sobre a matéria instituindo um sistema especializado de atendimento socioeducativo. O artigo 103 do Estatuto da Criança e do Adolescente definiu como ato infracional toda conduta descrita como crime ou contravenção penal e da sua prática decorrem a aplicação de medidas de proteção e/ou medidas socioeducativas (BRASIL, 1990).

No caso de ato infracional cometido por criança, pessoa com idade até 12 anos, o procedimento será administrativo e conduzido pelo Conselho Tutelar, conforme o artigo 105, que poderá aplicar as medidas específicas de proteção previstas no artigo 101, I a VI, do Estatuto envolvendo:

Art. 101. [...]

- encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente;
- requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos. (BRASIL, 1990)

Nos casos de ato infracional cometidos por adolescentes, pessoas com idades entre 12 e 18 anos, decorrerá, mediante processo judicial socioeducativo, a aplicação de medida socioeducativa, dentre as elencadas no artigo 112, que poderão ser cumuladas com medidas de proteção, conforme aprevisão do inciso VII:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- advertência;

- obrigação de reparar o dano;
- prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida;
- inserção em regime de semiliberdade;
- internação em estabelecimento educacional;
- qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI (BRASIL, 1990).

No que se refere à aplicação de medidas socioeducativas, a jurisprudência reconhece a possibilidade de aplicação de remissão pré-processual cumulada com medida socioeducativa em meio aberto concedida mediante acordo com o Ministério Público (STJ, 2017).

Essa política constitui-se como nova teoria e fundamentos voltados a proteger integralmente a criança e o adolescente, de forma prioritária, atendendo a todas as suas necessidades e observada sua característica especial de pessoa em desenvolvimento. Contudo, a possibilidade de medida socioeducativa de internação foi mantida, mas de forma excepcional, agora amparada sob os princípios da responsabilização socioeducativa.

Assim, a aplicação de qualquer medida socioeducativa deve ter como objetivo prioritário o fortalecimento da educação e dos processos de socialização, considerando o desenvolvimento de habilidades e capacidades do adolescente e abrindo possibilidades de construção de novas relações e projetos de vida (GOBBO; MULLER, 2011, p. 182). “O Estatuto assume uma postura pedagógica e protetora, fundamentada nos artigos 203, 227 e 228 da Constituição Federal, que concebem a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, merecedores de toda a proteção por parte do Estado, da família e da sociedade” (VERONESE, 2015, p. 45). A mudança paradigmática da lógica repressiva para a educacional constituiu importante conquista social:

A produção intelectual e militante dos anos 1980 – que os trabalhos citados, dentre outros, representam – constituiu a mobilização que levou à elaboração do ECA. A promulgação do estatuto em 1990 representou uma conquista dessa geração e a possibilidade de abertura para novos modelos de ação junto ao adolescente autor de ato infracional, ancoradas em um esforço pedagógico em torno de *práticas socioeducativas*. [...] (MALVASI, 2011, p.160).

A responsabilização socioeducativa leva em consideração elementos fundamentais dentre os quais se destacam o reconhecimento do adolescente como pessoa em condição peculiar de desenvolvimento e o atendimento integral com estratégias para a superação da prática do ato infracional mediante o compartilhamento de responsabilidades sociais e educativas. O artigo 100 do Estatuto da Criança e do Adolescente destaca: “Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários” (BRASIL, 1990).

[...] a legislação frisa que essas medidas não consistem em penas retributivas, dado seu caráter pedagógico, de modo que nem mesmo existe algum tipo de prescrição para as decisões judiciais – como, por exemplo, um Código Penal que preveja penas específicas para infrações específicas (OLIVEIRA, 2017, p. 66).

O presente trabalho se atentará apenas a medida socioeducativa de internação, posto que a proposta apresentada consiste em analisar a aplicação desse tipo de medida socioeducativa pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

A aplicação da medida socioeducativa de internação tem efeitos complexos e envolve a atuação intersetorial e multiprofissional no atendimento. Isso decorre dos riscos e consequências da supressão de liberdade em etapa peculiar de desenvolvimento, sendo necessário assegurar as garantias processuais e individuais do adolescente em cada uma das etapas. Assim, devem estar assegurados os princípios constitucionais previstos no artigo 277, § 3º, inciso V, ao tratar do direito à proteção especial, que requer: “obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade” (BRASIL, 1988).

Segundo o princípio da brevidade, a internação deverá ocorrer pelo menor tempo possível, tanto que o artigo 121, § 3º do Estatuto limita o tempo de internação ao prazo máximo de três anos nos termos do artigo 2º, Parágrafo Único, poderá ser cumprido até a idade de vinte e um anos. A medida de internação não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada a cada seis meses, mediante decisão fundamentada pelo Poder Judiciário, nos termos do artigo 121, § 2º (BRASIL,

1990).

O respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, por sua vez, diz respeito a necessidade de, na aplicação da medida, ser respeitada a dignidade e os direitos fundamentais do adolescente. Assim, o órgão ou entidade de execução de atendimento socioeducativo deverá proporcionar ao adolescente tudo o que for necessário para o seu desenvolvimento integral, considerando o direito à alimentação adequada, à saúde, ao lazer, ao esporte, à cultura, à profissionalização, à educação e à convivência familiar, além de tratamento respeitoso e digno por parte de seus responsáveis legais no período da internação.

Já o princípio da excepcionalidade merece maior atenção em face do tema proposto. Princípio inafastável quando da aplicação da internação, a excepcionalidade da medida importa em garantir que não existe outra forma de proteger o adolescente que pratica ato infracional, de tal forma que a decisão judicial que a determina deve ser perfeita e pormenorizada em sua fundamentação.

[A medida socioeducativa de internação] não poderá ser cominada em razão de qualquer ato infracional, mas tão somente quando este for cometido mediante violência à pessoa, ou ameaça grave (inc. I); quando se verificar reiteração no cometimento de outras infrações graves (inc. II); ou, ainda, quando ocorrer descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta (inc. III). Ocorre, todavia, que mesmo nestas três situações, a medida deverá ser compreendida como último recurso (VERONESE, 2015, p. 224).

Para aplicação da medida socioeducativa de internação deve ser comprovada a autoria, a materialidade, devendo ser demonstrado que a aplicação dessa medida é imprescindível em face do caso concreto, inclusive, explicando porque o meio aberto não é suficiente para atender as necessidades pedagógicas do adolescente. Caso a decisão judicial não atenda a essas perspectivas será nula. “Nesse sentido, para o autor, seria eivada de nulidade a decisão judicial que impõe a aplicação da privação de liberdade de adolescente em conflito com a lei fundamentada apenas na gravidade do ato infracional ou no juízo meramente retributivo da medida socioeducativa” (FEITOSA; SOUZA, 2018, p. 457).

Além disso, para que não houvesse qualquer possibilidade de inter-

pretação diversa, o legislador determinou no artigo 122, § 2º do Estatuto que: “Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada.” Essa regra é responsável, inclusive, pelo rol taxativo de aplicação da internação prevista no artigo 122 do Estatuto (BRASIL, 1990).

Assim, para que a aplicação da medida socioeducativa de internação respeite todos os princípios mencionados - brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento-, é imprescindível que estejam presentes todos os requisitos previstos no artigo 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que prescreve:

Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando: I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; II

- por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta (BRASIL, 1990).

Por fim, a internação poderá ser aplicada quando o adolescente tiver descumprido de maneira reiterada e injustificável medida anteriormente imposta. No entanto, essa hipótese deve ser interpretada com cautela. Isso porque o artigo 122, § 1º do Estatuto estabelece que: “O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a 3 (três) meses, devendo ser decretada judicialmente após o devido processo legal” (BRASIL, 1990).

Não é o simples descumprimento que já importará automaticamente na internação do adolescente. É necessário que haja o devido processo legal, com todos os direitos processuais garantidos e deve haver fundamentação clara do motivo pelo qual outra medida não é a mais adequada. Se a internação, ainda assim, for imposta, ela não poderá ultrapassar o prazo máximo de três meses.

Considerando os pressupostos acima descritos, verifica-se que somente nessas hipóteses é que a internação deve ser aplicada pelo Poder Judiciário, sem qualquer exceção, e desde que todas as demais medidas socioeducativas não sejam adequadas para atender as necessidades do adolescente que praticou ato infracional, pois se caracterizam como regras objetivas que constituem o conjunto de garantias asseguradas ao adolescente na Constituição Federal (BRASIL, 1988) e no Estatuto da Criança e

do Adolescente (BRASIL, 1990).

Entre os diversos estudos sobre como o Poder Judiciário interpreta o Estatuto da Criança e do Adolescente no que diz respeito a aplicação de medida socioeducativa de internação, constata-se, com frequência, que os requisitos exigidos pela legislação são sistematicamente ignorados na tomada de decisão pelo sistema de justiça (SCISLESKI, BRUNO, GALEANO, SANTOS; SILVA, 2015).

[...] diversos estudos têm demonstrado que a internação ainda continuasendo a medida preferida pelos juízes e promotores. Ela está presente em 80% das sentenças proferidas, o que mostra a falta de sensibilidade destes mesmos juízes, promotores e advogados na defesa de alegados direitos, reiterando a mentalidade encarceradora. O ECA pretendia inaugurar uma nova prática, mudando os rumos da história, entretanto, uma lei promulgada será ineficaz se não estiver legitimada socialmente (PASSETTI, 2018, p. 370-371).

Ou seja, é comum nos estudos realizados sobre o tema a conclusão de que a forma como a internação é praticada no Brasil é equivocada: tanto no momento de analisar se esta é a medida socioeducativa mais adequada quanto durante o cumprimento da medida. Visando enfrentar essa realidade, o SINASE foi aprovado pela Lei n. 12.594, de 12 de janeiro de 2012 e regulamenta diretrizes para as ações de execução de medidas socioeducativas (BRASIL, 2012).

Essa aprovação “constitui grandes avanços na área que envolve o atendimento socioeducativo, devendo ser compreendido como uma política social de inclusão do adolescente autor de ato infracional” (VERONESE, 2014, p. 130), uma vez que seu principal objetivo é promover socioeducação durante a internação. O Brasil também possui uma Escola Nacional de Socioeducação, vinculada à Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos, que tem por objetivo a formação continuada de todos os profissionais que atuam na socioeducação (BRASIL, 2020).

Contudo, ainda é preciso ressignificar a atuação do sistema de justiça no que se refere a aplicação das medidas socioeducativas. Diante dessa realidade, e sob essa perspectiva, serão estudados os julgamentos proferidos pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul no ano de 2019.

3. A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Em consulta a base de dados do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul sobre atendimento socioeducativo verificou-se que estão disponíveis apenas informações relativas ao ano de 2020. O recorte da pesquisa ao ano de 2019, deve-se a excepcionalidade da organização dos serviços em razão da situação da pandemia no ano de 2020 e, portanto, optou-se pela exclusão desses dados. Por essa razão serão analisados os dados apresentados até o ano de 2019.

Os dados mais recentes que estão disponíveis estão no Levantamento Anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo 2017, divulgados em 2019, e que consolidam as informações de atendimento socioeducativo em todo o país (SINASE, 2019).

O Levantamento Anual do SINASE sobre o Estado do Rio Grande do Sul relativo às internações informa pequeno aumento de casos de internação no período 2014 a 2017:

Rio Grande do Sul – Internações	
Ano	Quantidade
2014	1.183
2015	1.291
2016	1.348
2017	1.369

Fonte: (SINASE, 2019, p. 33)

A gestão do sistema no Estado do Rio Grande do Sul é realizada pela Fundação de Atendimento Socioeducativo que possui 23 unidades de internação em todo o estado (SINASE, 2019, p. 92). As unidades ainda encontram desafios básicos em relação à infraestrutura, sendo que nenhuma possui parque ou quadra de areia para prática de esportes, apenas duas possuem espaços para visitas íntimas. Há situações graves como o Centro de Atendimento Socioeducativo de Novo Hamburgo, que foi interditado por superlotação em 20 de julho de 2016 pela justiça gaúcha, pois não assegurava as mínimas condições de habitabilidade (SINASE, 2019, p. 107).

A pesquisa realizada em 16 de julho de 2020 no site do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (www.tjrs.jus.br) referente às decisões por ele proferidas compreendeu o período de 01 de janeiro a 31 de dezem-

bro de 2019. O termo utilizado foi “medida socioeducativa internação” e, então, selecionado no filtro “Assuntos CNJ” o tema “Ato Infracional”. A pesquisa resultou em 471 acórdãos.

Diante disso, foram analisados:

somente os casos em que foi aplicada a internação como medida socioeducativa à adolescentes sem prática reiterada de atos infracionais quanto aos crimes sem violência ou grave ameaça à pessoa;

os atos infracionais imputados, sendo considerado, em caso de concurso de crimes, o mais grave ou o que possui no elementar do tipo penal violência ou grave ameaça à pessoa;

todos os acórdãos, independentemente do tipo de recurso, ou seja, a análise inclui julgamentos de apelação, embargos, agravo interno, dentre outros. Obteve-se os seguintes resultados quando catalogados por tipo de ato infracional:

ATO INFRACIONAL		QUANTIDADE DE ACÓRDÃOS
Roubo		143
Roubo tentado		08
Tráfico de drogas		36
Homicídio		22
Homicídio tentado		26
Receptação		08
Latrocínio		05
Latrocínio tentado		06
Lesão corporal		06
Porte de arma de fogo (de uso permitido ou de uso restrito)		09
Furto		04
Estupro de vulnerável		07
Ocultação de cadáver		01
Integrar organização criminosa		02
Coação no curso do processo		01
Ameaça		02
Estupro		01
Sequestro		02
Extorsão mediante sequestro		01
Extorsão		01
Disparo de arma de fogo		01

Fonte: (TJRS, 2020)

A análise dos julgados demonstra que houve a imposição da internação como medida socioeducativa em casos nos quais os adolescentes teriam praticado atos infracionais nos quais a violência ou grave ameaça a pessoa não fazem parte do tipo penal.

É o que ocorre nos atos infracionais correspondentes aos crimes de tráfico de drogas (artigo 33 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006), receptação (artigo 180 do Código Penal), porte de arma de fogo – de uso

permitido ou de uso restrito – (artigo 12 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003), furto (artigo 155 do Código Penal) e integrar organização criminosa (artigo 2º da Lei nº 12.850 de 02 de agosto de 2013).

Apesar das características graves dos atos praticados pelos adolescentes, é fato que em nenhum dos tipos penais descritos está presente a violência ou grave ameaça a pessoa.

A respeito do tráfico de drogas, justamente por não se tratar de um crime que contenha em seu tipo penal a violência ou grave ameaça a pessoa, a Súmula 492 do Superior Tribunal de Justiça encerra qualquer tipo de discussão quanto a internação da criança ou do adolescente que praticasse ato infracional: “O ato infracional análogo ao tráfico de drogas, por si só, não conduz obrigatoriamente à imposição de medida socioeducativa de internação do adolescente.”

Diante desse fundamento, a internação fundamentada apenas na gravidade do ato é ilegal e inconstitucional. É o que ocorre nos seguintes julgados:

[...] Considerando a menoridade de RUAN à época do ato infracional, que não possui antecedentes infracionais (fl. 100/v); que a conduta social não foi abonada nos autos; que não há elementos conclusivos acerca da personalidade; que as consequências não foram graves, mas que o desvalor da conduta é elevado, pois visou o representado, com o tráfico de entorpecentes, obter lucro sem o justo e honesto labor, entendendo que aplicação de medida socioeducativa de internação sem possibilidade de atividades externas – ISPAE é adequada ao caso concreto, mormente em se tratando de tráfico de entorpecentes onde o adolescente encontrava-se com mais de 11 Kg (onze quilogramas) de maconha guardando e mantendo em depósito em sua residência com a finalidade de traficância. [...]” Diante do exposto, nego provimento ao apelo (Apelação Cível nº 70079999520 (Nº CNJ: 0365164-96.2018.8.21.7000), 7ª Câmara Cível, Comarca de Santa Maria, Desª. Relatora: Sandra Brisolara Medeiros, j. 21/01/2019).

[...] Jean, nascido em 12/01/2001, conta 18 anos de idade atualmente e não registra antecedentes infracionais (fls. 167/168). Todavia, a fixação sentencial, de cumprimento da medida socioeducativa de internação parece ser a mais adequada para o caso dos autos, considerando tratar-se de atos infracionais graves, demonstrando que eventual medi-

da em meio aberto não seria suficiente e proporcional para inculcar na consciência do jovem a reprovabilidade social das condutas. Nesse contexto, afigura-se adequada a medida de internação aplicada na sentença.” ANTE O EXPOSTO, rejeito a preliminar e, no mérito, nego provimento ao apelo (Apelação Cível nº 70080910979 (Nº CNJ: 0063006-10.2019.8.21.7000), 8ª Câmara Cível,

Comarca de Estrela, Des. Relator: Rui Portanova, j. 12/06/2019).

É importante frisar que ambos os adolescentes não possuíam antecedentes infracionais e praticaram ato infracional sem violência ou grave ameaça a pessoa. Portanto, a aplicação da internação como medida socioeducativa afronta gravemente o princípio da excepcionalidade, ao passo que em momento algum considerou-se a recuperação dos adolescentes por outros meios pedagógicos também previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Além da gravidade do ato, há decisões que consideram, ainda, o equivocado caráter punitivo da medida socioeducativa. Maior contrassenso não há, uma vez que a concepção de punição é totalmente oposta aos princípios norteadores do direito da criança e do adolescente e da teoria que a fundamenta, qual seja, a teoria da proteção integral. É o que se observa no seguinte julgado:

[...] É que não se pode olvidar que, a par de sua natureza preventiva e reeducativa, possuem também as MSE caráter retributivo e repressivo, revelando-se nefastas as reprimendas brandas em infrações desta espécie. Portanto, sopesadas as condições pessoais do representado e a gravidade das infrações cometidas, não merece reparos a decisão que lhe aplicou medida socioeducativa consistente em internação sem possibilidade de atividades externas.” ANTE O EXPOSTO, rejeito a preliminar e, no mérito, nego provimento ao apelo (Apelação Cível nº 70080864150 (Nº CNJ: 0058324-12.2019.8.21.7000), 8ª Câmara Cível, Comarca de São Francisco de Paula, Des. Relator: Rui Portanova, j. 30/05/2019).

Todo o sistema criado pela Constituição Federal, que culminou na criação do Sinase, é fundamentado na proteção integral de crianças e adolescentes e em sua recuperação. Não existe em toda a legislação qualquer menção a caráter punitivo ou repressivo da medida socioeducativa, cir-

cunstância essa que implica, mais uma vez, no reconhecimento da ilegalidade da medida aplicada.

A presença do argumento voltado ao caráter punitivo ou repressivo da internação é recorrente, como se observa no seguinte julgamento:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ECA. ATO INFRACIONAL. EXECUÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA. PEDIDO DE PROGRESSÃO DE MEDIDA DE INTERNAÇÃO SEM POSSIBILIDADE DE ATIVIDADES EXTERNAS. DESCABIMENTO. É sabido que, conforme o art. 42, § 2º, da Lei n.º 12.594/2012 (Lei do SINASE), a gravidade do ato infracional, por si só, não é suficiente para obstar o deferimento de atividades externas no cumprimento da internação. Contudo, as circunstâncias fáticas do caso em exame não permitem a progressão requerida. Embora o último relatório avaliativo elaborado pela equipe técnica da FASE tenha recomendado a progressão da medida de ISPAE para ICPAE, o tempo de internação ainda não se mostrou suficiente e nem proporcional ao ato infracional praticado - homicídio qualificado de forma tentada, cometido com extrema violência -, o qual reclama do jovem uma profunda reflexão e conscientização acerca da reprovabilidade de sua conduta e da necessidade de adoção de posturas adequadas que o convívio em sociedade exige. É imperioso que o jovem, que inclusive já atingiu a maioridade, tenha presente que suas ações geram consequências, até mesmo para que não prossiga numa escala delitiva, como vinha se acenando até que determinada sua internação, porquanto ele já contava com registro de antecedente por ato infracional também grave - roubo majorado. Vale ressaltar que o aspecto punitivo da medida é indissociável do caráter socioeducativo, de modo que o bom comportamento do jovem no cumprimento da MSE não possui o condão de autorizar, por si só, a progressão da medida. NEGARAM PROVIMENTO. UNÂNIME (Agravado de Instrumento nº 70081296550 (Nº CNJ: 0101564-51.2019.8.21.7000), 8ª Câmara Cível, Comarca

de origem: Novo Hamburgo, Des. Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, j. 04/07/2019).

Apesar do julgado tratar da prática de ato infracional correspondente ao crime de tentativa de homicídio, que se enquadra, obviamente, em uma conduta que importa em violência ou grave ameaça a pessoa, é interessante observar que o julgador exaltou o caráter punitivo da medida socioeducativa imposta.

A punição é tão presente na decisão que o julgador optou por ignorar o relatório avaliativo elaborado pela equipe técnica da FASE, que recomendou a progressão da medida. Nota-se que no caso especialistas indicaram a possibilidade de o adolescente ser reeducado de outras maneiras e, ainda assim, com claro objetivo punitivo, manteve a internação.

Destaca-se, assim, outros julgados que enfatizam o caráter retributivo e punitivo da internação como medida socioeducativa:

ECA. INFRACIONAL. EXECUÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA. REGRESSÃO. INTERNAÇÃO-SANÇÃO, COM POSTERIOR EXTINÇÃO DA MEDIDA. 1. Apresentando o infrator dificuldades pessoais, com ausência de senso crítico e desvio de conduta, inclusive com fuga no cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade, mostra-se adequada a regressão da medida socioeducativa para a de internação sem atividade externa, com posterior retorno para a medida de semiliberdade. 2. É descabida a extinção do cumprimento da medida socioeducativa, pois não pode ser desconsiderado, no cumprimento da medida, o seu alcance retributivo, tendo em mira a gravidade do ato infracional praticado pelo adolescente. Recurso provido. (Agravado de Instrumento nº 70080334774 (Nº CNJ:0005386-40.2019.8.21.7000), 7ª Câmara Cível, Comarca de Porto Alegre, Des. Relator: Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, j. 27/03/2019).

Por fim, a medida socioeducativa aplicada ao adolescente infrator, preconizada pelo art. 1º do ECA, possui como desiderato principal fazer despertar no menor infrator a consciência do desvalor de sua conduta, bem como afastá-lo do meio

social, como medida profilática e retributiva, possibilitando-lhe uma reflexão e reavaliação de seus atos. Possui, além do caráter punitivo, a finalidade de reeducação dos adolescentes infratores, visando a sua reabilitação social, mediante o despertar do senso crítico acerca da gravidade do ato praticado, e de suas consequências, quer no meiosocial, quer para o próprio adolescente. Assim, faz-se necessário que sua fixação se dê de modo a não comprometer o caráter pedagógico da reprimenda, bem como levando em conta as características pessoais de quem deve a elas se submeter. (Apelação Cível nº 70082641614 (Nº CNJ: 0236070-61.2019.8.21.7000), 7ª Câmara Cível, Comarca de Porto Alegre, Desª. Relatora: Liseleina Schifino Robles Ribeiro, j. 25/09/2019).

É importante esclarecer que o ponto crítico das decisões acima transcritas diz respeito a interpretação totalmente equivocada da teoria da proteção integral, do Direito da Criança e do Adolescente e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Repita-se que todo o sistema atual é direcionado a proteção de crianças e adolescentes e em sua recuperação mediante aplicação de medidas socioeducativas fundadas em conceitos pedagógicos de reeducação daqueles que, por algum motivo, praticaram atos infracionais.

É assim que se fundamenta o princípio da excepcionalidade da internação, justamente por se tratar de uma medida restritiva de liberdade que expõe crianças e adolescentes a uma série de violação de direitos, tais como ao direito de convívio familiar e comunitário, à educação regular e ao lazer.

Assim, nota-se que as decisões, em geral, carecem de fundamento consistente para a imposição da internação, demonstrando que a perspectiva retributiva e a cultura da institucionalização ainda está muito presente nos julgamentos do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, de tal forma que, antes da socioeducação faz-se presente a punição: verdadeira violação aos direitos humanos dos adolescentes (VERONESE, 2015, p. 235).

Por outro lado, tem-se a segunda resposta do Estatuto: as medidas além de serem sociais, o são também “educativas”. A educação como uma estratégia de intervenção sobre o adolescente autor de ato infracional. Observe-se que não nos referidos a “tratamento”, mas sim em “intervenção”, como um procedimento que, se aplicado dentro das matrizes do

Estatuto, é capaz de possibilitar uma efetiva inserção desse adolescente na sociedade. Talvez, até fosse mais adequado falarmos que esse adolescente se sentisse parte, configurando aí a ideia de pertencimento (VERONESE, 2015, p. 319).

É assim que se fundamenta o princípio da excepcionalidade da internação, justamente por se tratar de uma medida restritiva de liberdade que expõe crianças e adolescentes a uma série de violação de direitos, tais como ao direito de convívio familiar e comunitário, à educação regular e ao lazer.

Assim, nota-se que as decisões, em geral, carecem de fundamento consistente para a imposição da internação, demonstrando que a perspectiva retributiva e a cultura da institucionalização ainda está muito presente nos julgamentos do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, de tal forma que, antes da socioeducação faz-se presente a punição: verdadeira violação aos direitos humanos dos adolescentes (VERONESE, 2015, p. 235).

4. AS ALTERNATIVAS PARA O ADOLESCENTE NO CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Existem alternativas para o adolescente que praticou ato infracional. Além da aplicação de medidas socioeducativas que fortaleçam os vínculos familiares e sociais como a liberdade assistida e a prestação de serviços à comunidade, que possuem acompanhamento técnico da proteção social especial da assistência social, ainda há possibilidade de aplicação cumulada das medidas específicas de proteção, previstas no artigo 101, incisos I a VI, do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme estabelece o artigo 112, inciso VII, do mesmo Estatuto.

Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

- encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;

- inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente;
- requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; [...]

Essas medidas colocam em movimento toda a rede de atendimento, uma vez que abrange atuação do sistema educacional, assistencial e de saúde e, se atendidos integralmente, são instrumentos de articulação do atendimento em meio aberto com outras medidas socioeducativas, eis que existe um trabalho realizado por equipe interdisciplinar para o atendimento e acompanhamento especializado do adolescente, mantendo o convívio familiar e comunitário.

Um importante passo para se atingir esse objetivo é a já citada Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2012). Em seu artigo 1º, referida lei traz importantes definições:

Art. 1º Esta Lei institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamenta a execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.

§ 1º Entende-se por Sinase o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei.

§ 2º Entendem-se por medidas socioeducativas as previstas no art. 112 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), as quais têm por objetivos:

- a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;
- a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e
- a desaprovação da conduta infracional, efetivando as dis-

posições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei.

§ 3º Entendem-se por programa de atendimento a organização e o funcionamento, por unidade, das condições necessárias para o cumprimento das medidas socioeducativas.

§ 4º Entende-se por unidade a base física necessária para a organização e o funcionamento de programa de atendimento.

§ 5º Entendem-se por entidade de atendimento a pessoa jurídica de direito público ou privado que instala e mantém a unidade e os recursos humanos e materiais necessários ao desenvolvimento de programas de atendimento (BRASIL, 2012).

Através da Lei do SINASE houve a distribuição da responsabilidade pela implantação e regular desenvolvimento das medidas socioeducativas entre Estados, Distrito Federal e Municípios de tal maneira que constitui uma verdadeira “política social de inclusão do adolescente autor de ato infracional” (VERONESE, 2015, p. 236).

[...] [pois] estabelece critérios para a definição de prioridades e financiamento das políticas públicas e critérios complementares ao Estatuto da Criança e do Adolescente para a execução das medidas socioeducativas; também define procedimentos, amplia a garantia dos direitos individuais do adolescente, exige a elaboração de Planos Individuais de Atendimento e estratégias de articulação intersetorial para a garantia da atenção integral à saúde do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, regulamentação de visitas nos casos de cumprimento de medidas restritivas de liberdade, regimes disciplinares e ações de capacitação para o trabalho (CUSTÓDIO, 2014, p. 8).

A liberdade assistida e a prestação de serviços à comunidade são excelentes alternativas à internação, eis que essas medidas têm por base a atuação intersetorial. As medidas socioeducativas constituem uma das políticas públicas existentes para lidar com a difícil situação do adolescente que pratica ato infracional, muito mais importantes e abrangentes do que a internação: comportam toda a corresponsabilidade entre família, sociedade e Estado na sua consecução.

[...] a execução das medidas socioeducativas, considerado o princípio da desjudicialização, constitui parte das políticas públicas de atendimento ao adolescente e estão submetidas a todos os princípios e regras orientadores da teoria da proteção integral. Assim, não se trata de ações isoladas, mas articuladas no Sistema de Atendimento Socioeducativo em fase de implantação no Brasil. (CUSTÓDIO, 2014, p. 12)

Entretanto, ainda mais importante para o sucesso da recuperação do adolescente que praticou ato infracional é o Plano Individual de Atendimento – PIA previsto no Capítulo IV da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. O PIA é conceituado no *caput* do artigo 52 como um “instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente”. Através desse atendimento individualizado há a possibilidade de uma equipe multidisciplinar atender as necessidades específicas do adolescente e, assim, possibilitar sua recuperação através da medida mais adequada à sua realidade.

Assim, a forma de atendimento a ser desenvolvida com o adolescente em conflito com a lei deve ser parte de uma pedagogia voltada para a formação da pessoa e do cidadão e, por conseguinte, para a formação e desenvolvimento do sentido de responsabilidade do educando para consigo mesmo e com os outros. Nesse sentido, devem ser criadas condições para que, com o auxílio de educadores capacitados, o adolescente possa, sentindo-se compreendido e aceito, responsabilizar-se não somente pelo seu passado, mas, também, pelo presente e futuro.

Uma das alternativas para que a prática pedagógica ocorra já é preconizada pelo SINASE, ao determinar que cada adolescente que esteja cumprindo medida socioeducativa deva ter um Plano Individual de Atendimento. Esse Plano possibilita um diagnóstico polidimensional do adolescente, contemplando os aspectos jurídicos, psicológicos, sociais, físicos, culturais e pedagógicos, o que oportunizará uma intervenção mais ampla e eficaz na sua formação pessoal e também junto à família (GOBBO; MULLER, 2011, p. 185).

O acompanhamento individualizado do adolescente em internação é essencial para o respeito a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Tratar todos da mesma maneira eliminar qualquer caráter pedagógico, e até mesmo humanitário, do atendimento ao adolescente que

praticou ato infracional. Afinal, compreender suas necessidades, os fatos que originaram sua conduta e a realidade social e familiar em que vive é fundamental para sua educação, recuperação e socialização.

Não cabe mais na sociedade o tratamento meramente punitivo, retributivo e vingativo, determinando internações de adolescentes sem qualquer embasamento humanitário, protetivo e educativo. O tempo da vingança, da exclusão e do “menorismo” passou, e por essa razão que medidas socioeducativas alternativas são importantes métodos de reparação do ato infracional praticado.

No entanto, para que todos os serviços sejam efetivos é necessário o investimento em infraestrutura, qualificação dos profissionais da rede de atendimento e aprimoramento técnico dos julgadores, uma vez que a socioeducação ainda é um tema recente no Brasil e está submerso no mito de que a punição e a retirada do adolescente do convívio social é a melhor solução para o problema da violência infanto-juvenil brasileira. Nesse sentido, o Levantamento Anual SINASE destaca:

A ausência de ações intersetoriais pode desencadear um determinado número de reincidências dos adolescentes. O Sistema de Garantia de Direitos congrega os mais diversos órgãos, entidades, programas e serviços destinados ao atendimento de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias e o SIPIA SINASE é capaz de mostrar onde a política (educação, saúde, cultura, dentre outros) não está funcionando (SINASE, 2019, p. 123).

A intersetorialidade possui papel de destaque no que diz respeito a política públicas voltadas a crianças e adolescentes. É o que ocorre também com relação as medidas socioeducativas. O operador do Direito possui conhecimento técnico no que diz respeito à aplicação de leis e princípios, conhecimento esse que lhe falta quando se faz necessário estabelecer o melhor meio de educar um adolescente que praticou ato infracional.

O saber de determinada política setorial é importante, mas também expõe a necessidade de troca a fim de possibilitar a construção de novos saberes. Neste caso, a interdisciplinaridade ganha força quando os saberes técnicos conseguem sair da sua pasta de origem e cunhar possibilidades de construção de uma política inclusiva e articulada às reais necessidades da população (NASCIMENTO, 2010, p. 117).

Por essa razão que o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescente, implantado pela Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, é formado por uma equipe multidisciplinar, uma vez que qualquer ação voltada à criança e ao adolescente abrange questões a serem atendidas por assistentessociais, psicólogos, pedagogos, educadores, políticos sociais, sociólogos, médicos, nutricionistas, enfermeiros, conselheiros tutelares, delegados de polícia, policiais em todas as esferas de atuação, promotores de justiça, e outros. Em respeito à especificidade técnica de cada profissional integrante da rede de atendimento, e no intuito de melhor atender ao interesse infanto-juvenil, é imprescindível para o sucesso da política pública de recuperação do adolescente a observância às suas características individuais no momento da aplicação da medida socioeducativa. Somente assim que será aplicada a medida mais adequada à recuperação daquele adolescente.

Tendo em vista o objetivo precípua do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, consistente em efetivar seus direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais, foi estruturado em três eixos temáticos de atuação, que são para defesa, promoção e controle de efetivação de direitos humanos (ASSIS, et. al., 2009, p. 47). A atuação acerca das medidas socioeducativas se enquadra no terceiro eixo, qual seja, no controle de efetivação de direitos humanos.

Do controle da efetivação dos direitos humanos – recai sobre os órgãos encarregados pela formulação das políticas públicas-sociais, de proteção e socioeducativas, sendo monitorados, de maneira soberana, pela sociedade civil. Segundo o ECA, essas políticas públicas deverão, necessariamente, ser objetos de apreciação e deliberação dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos conselhos setoriais de formulação de políticas públicas dos órgãos de controle contábil, financeiro e orçamentário. Nesse eixo, merece destaque especial o papel da sociedade civil organizada, notadamente no que se refere às redes, aos fóruns e aos espaços de articulação política, que devem catalisar as demandas da sociedade e exigir dos órgãos públicos o compromisso legal de prioridade absoluta da criança e do adolescente. (ASSIS, et. al., 2009, p. 47)

O importante é sempre ter em mente que o objetivo primordial a ser

alcançado é a responsabilização socioeducativa como instrumento de superação da experiência infracional, da qual a educação, a socialização e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários são seus eixos centrais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode perder de vista que as medidas socioeducativas são políticas públicas destinadas ao atendimento do adolescente que pratica ato infracional e, como tal, visa dar à sociedade e, principalmente, ao adolescente, uma resposta eficaz e satisfatória. Coloca-se como desafio histórico a superação das práticas menoristas e a aproximação dos fundamentos da teoria da proteção integral amparados pelo direito da criança e do adolescente.

Sob essa perspectiva foram estudadas as medidas socioeducativas no ordenamento jurídico brasileiro, previstas no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente, com objetivo específico de contextualizá-las segundo a matriz da teoria da proteção integral e de descrever sua regulamentação no Estatuto da Criança e do Adolescente. Constatou-se que a medida socioeducativa deve ser aplicada em prol do adolescente que praticou o ato infracional com atendimento à teoria da proteção integral, reconhecendo-o como ser humano ainda em desenvolvimento e como sujeito de direitos. Com essas premissas, todo o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativa baseia-se na socialização, educação e recuperação do adolescente, sendo esse o único objetivo da legislação e dos operadores do Sistema de Garantia de Direitos, do Poder Executivo e do Poder Judiciário.

Assim, a postura pedagógica e protetora da criança e do adolescente culmina nos importantes princípios da brevidade e da excepcionalidade no que diz respeito a internação como medida socioeducativa. Aplicada somente em casos excepcionais, e somente nos atos infracionais que implicam em conduta praticada com violência e grave ameaça à pessoa, a internação deverá ser aplicada de maneira fundamentada e pelo menor tempo.

No entanto, a interpretação equivocada dos operadores do Direito tem causado um número excessivo de internações, que são aplicadas apenas com caráter punitivo. É o que se estudou no segundo capítulo, que

tinha como objetivo específico analisar as decisões do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul sobre a matéria.

O Levantamento Anual do SINASE sobre o Estado do Rio Grande do Sul demonstra que houve o aumento progressivo de internações de adolescentes entre os anos de 2014 e 2017, sendo que em 2017 foram impostas 186 internações a mais que no ano de 2014.

Diante disso, foram analisados os julgamentos proferidos pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul durante o ano de 2019, e concluiu-se que: a) as internações ocorrem mesmo quando o ato infracional importa em conduta praticada pelo adolescente sem violência ou grave ameaça a pessoa; b) são impostas internações mesmo que o adolescente não possua antecedentes infracionais;

c) durante a execução da medida socioeducativa de internação, os julgadores deixam de atender o PIA, a mais importante ferramenta pedagógica prevista na Lei SINASE; d) a presença preponderante do caráter punitivo, repressivo ou retributivo da medida socioeducativa imposta.

Nota-se que no Poder Judiciário ainda impera o princípio da retribuição e a cultura da institucionalização. As internações como são aplicadas desrespeitam a teoria da proteção integral, a Constituição Federal, o Direito da Criança e do Adolescente e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, que primam pelo tratamento do adolescente como ser humano ainda em desenvolvimento e como sujeito de direitos, bem como pelo caráter protetivo e pedagógico das medidas socioeducativas com o objetivo precípua de educar e recuperar.

Ressalta-se que a ideia de que a internação é a melhor solução para o problema da delinquência na adolescência é uma ilusão.

A fragilidade da infraestrutura das unidades de atendimento socioeducativo que prestam serviços de internação ainda é uma realidade, condições sob as quais a aplicação das medidas de internação tende a agravar a situação e muitas vezes obstaculizar qualquer possibilidade de construção de efetiva responsabilização socioeducativa. A superlotação, a ausência de lazer e de qualquer caráter educativo são exemplos de como a vida do adolescente pode ser difícil tanto durante o cumprimento da medida socioeducativa quanto após, quando será estigmatizado pela internação. É o que se observa em seus próprios depoimentos:

Os adolescentes foram unânimes em dizer que a internação

compreende tão somente uma medida de punição, carecendo de valor educativo. Nas unidades, segundo seus depoimentos, eles não aprendem nada; estão somente privados da liberdade: “Vêi, tô cansado da cadeia. Quero sair daqui”; “Esse negócio que eles chamam de quarto é uma cela”; “Se isso aqui fosse casa, eu ia comer quando eu tivesse fome”; “A Unidade é que nem cadeia, nem porta tem no banheiro”; “Não gosto que minha véia (referindo-se à mãe) vem me ver na cadeia”; “vou sair dessa vida só porque cadeia é ruim demais” (CUNHA; OLIVEIRA; BRANCO, 2020, p. 10).

Ao contrário do entendimento comum de que o Estatuto da Criança e do Adolescente só estabelece direitos a crianças e adolescentes, existe responsabilização estatutária atribuída ao adolescente autor de ato infracional. Diante disso, o terceiro capítulo apontou alternativas para o adolescente no cumprimento de medidas socioeducativas, no qual se demonstra que está à disposição do julgador e da sociedade uma série de medidas capazes de oferecer alternativas de atendimento ao adolescente, todas fundadas na educação e no atendimento multidisciplinar, tais como a liberdade assistida e a prestação de serviços à comunidade.

Deve-se considerar que simplesmente retirar o adolescente em conflito com a lei do convívio social não é a solução. Existem normas vigentes que garantem todos os direitos e dão ao Estado todos os instrumentos para que as medidas socioeducativas, como política pública, se desenvolvam de maneira eficaz. O que resta é a consciência da sociedade, o aprimoramento técnico dos julgadores e total integração entre os órgãos que compõem o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, e, consequentemente, o Sistema de Garantia de Direitos.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Maria de Fatima Pereira; PESSOA, Manuella Castelo Branco; MALAQUIAS, Thiago Augusto Pereira; COSTA, Cibele Soares da Silva. Trabalho infantil e ato infracional: análise histórico-cultural do desenvolvimento infantojuvenil. *Revista da SPAGESP*. Ribeirão Preto, v. 21, n. 1, jun. 2020, p. 127-142. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702020000100010. Acesso em: 09 jun. 2020.

ASSIS, Simone Gonçalves de; SILVEIRA, Liane Maria Braga da; BARCINSKI, Mariana; SANTOS, Benedito Rodrigues dos (org.). *Teoria e prática dos conselhos tutelares e conselhos dos direitos da criança e do adolescente*. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Oswaldo Cruz; Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2009. Disponível em: https://www.prattein.com.br/home/images/stories/230813/direitos_crianca_adolescente/curso_conselho_tutelar.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. *Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006*. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em: <https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=104402>. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988*. Diário Oficial [da] União, Poder Legislativo, Brasília, n. 191-A, 05 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 mar. 2020.

BRASIL. *Decreto n. 17.943-A, de 12 de outubro de 1927*. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. Código Penal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm. Acesso em: 09 jun. 2020.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 3.799, de 5 de novembro de 1941*. Transforma o Instituto Sete de Setembro em Serviço de Assistência a Menores e dá outras providências. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=87272>. Acesso em: 01 set. 2020.

BRASIL. *Lei n. 4.513, de 01 de dezembro de 1964*. Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4513impressao.htm. Acesso em: 01 set. 2020.

BRASIL. *Lei n. 6.679, de 10 de outubro de 1979*. Institui o Código de Menores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-

1979/L6697impressao.htm. Acesso em: 01 set. 2020.

BRASIL. *Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 09 jun. 2020.

BRASIL. *Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003*. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.826.htm. Acesso em: 09 jun. 2020.

BRASIL. *Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006*. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111343.htm. Acesso em: 09 jun. 2020.

BRASIL. *Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012*. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990,

5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de

1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm. Acesso em: 09 jun. 2020.

BRASIL. *Lei n. 12.850, de 02 de agosto de 2013*. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112850.htm. Acesso em: 09 jun. 2020.

BRASIL, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. *Levantamento Anual SINASE 2017*. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2020.

BRASIL, Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos, Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Escola Nacional de Socioeducação*. 2020. Disponível em: <http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/>. Acesso em 01 set. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Súmula nº 492. O ato infracional análogo ao tráfico de drogas, por si só, não conduz obrigatoriamente à imposição de medida socioeducativa de internação do adolescente. *Diário da Justiça Eletrônico*. Brasília, DF: Superior Tribunal de Justiça, [2012]. Disponível em: https://www.stj.jus.br/internet_docs/biblioteca/clippinglegislacao/S%C3%BAmulas_491a493_STJ.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Acórdão nº 2019-858947. Relator: Desembargador Rui Portanova. Porto Alegre, RS, 30 de maio de 2019. *Diário Oficial da União*. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/novo/buscas-solr/?aba=jurisprudencia&q=&conteudo_busca=ementa_completa. Acesso em: 13 jul. 2020.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Acórdão nº 2019-948777. Relator: Desembargador Rui Portanova. Porto Alegre, RS, 12 de junho de 2019. *Diário Oficial da União*. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/novo/buscas-solr/?aba=jurisprudencia&q=&conteudo_busca=ementa_completa. Acesso em: 13 jul. 2020.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Acórdão nº 2019-39188. Relator: Desembargadora Sandra Brisolara Medeiros. Porto Alegre, RS, 21 de janeiro de 2019. *Diário Oficial da União*. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/novo/buscas-solr/?aba=jurisprudencia&q=&conteudo_busca=ementa_completa. Acesso em: 13 jul. 2020.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Acórdão nº 2019-1120175. Relator: Desembargador Luiz Felipe Brasil Santos. Porto Alegre, RS, 04 de julho de 2019. *Diário Oficial da União*. Disponível em:

[https://www.tjrs.jus.br/novo/buscas-solr/? aba=jurisprudencia&q=&conteudo_busca=ementa_completa](https://www.tjrs.jus.br/novo/buscas-solr/?aba=jurisprudencia&q=&conteudo_busca=ementa_completa). Acesso em: 13 jul. 2020.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Acórdão nº 2019-411786. Relator: Desembargador Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves. Porto Alegre, RS, 27 de março de 2019. *Diário Oficial da União*. Disponível em: [https://www.tjrs.jus.br/novo/buscas-solr/? aba=jurisprudencia&q=&conteudo_busca=ementa_completa](https://www.tjrs.jus.br/novo/buscas-solr/?aba=jurisprudencia&q=&conteudo_busca=ementa_completa). Acesso em: 13 jul. 2020.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Acórdão nº 2019-1625804. Relator: Desembargadora Liselena Schifino Robles Ribeiro. Porto Alegre, RS, 25 de setembro de 2019. *Diário Oficial da União*. Disponível em: [https://www.tjrs.jus.br/novo/buscas-solr/? aba=jurisprudencia&q=&conteudo_busca=ementa_completa](https://www.tjrs.jus.br/novo/buscas-solr/?aba=jurisprudencia&q=&conteudo_busca=ementa_completa). Acesso em: 13 jul. 2020.

CUNHA, Gleicimar Gonçalves; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de; BRANCO, Ângela Uchoa. Universo afetivo-semiótico de adolescentes em medida socioeducativa de internação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 46, 2020, p. 1-20. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/jscR9Xjq-jvX9SyDDLQ8cYWz/?lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2021.

CUSTÓDIO, André Viana. *Direito da Criança e do Adolescente*. Criciúma: UNESC, 2009. Disponível em: [https://www.academia.edu/23711816/Direito da Crian%C3%A7a e do Adolescente](https://www.academia.edu/23711816/Direito_da_Crian%C3%A7a_e_do_Adolescente). Acesso em: 01 jun. 2020.

CUSTÓDIO, André Viana. *Políticas públicas de atendimento socioeducativo no marco jurídico da Teoria da Proteção Integral*. Direitos Sociais e Políticas Públicas: Desafios Contemporâneos, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/23711150/Pol%C3%ADticas_p%C3%BAblicas_de_atendimento_socioeducativo_no_marco_jur%C3%ADdico_da_teor%C3%ADa_da_prote%C3%A7%C3%A3o_integral. Acesso em: 09 jun. 2020.

FEITOSA, Gustavo Raposo Pereira; SOUZA, Acácio Pereira de. Justiça juvenil, guerra às drogas e direitos humanos: a efetividade do princípio da excepcionalidade da medida socioeducativa de internação. *Espaço Jurídico*, Joaçaba, v. 19, n. 2, mai./agos. 2018, p. 449-474. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/16250>. Acesso em: 03 abr. 2020.

FRANÇA, Felipe Jappe de; DABULL, Matheus Silva. Aspectos socioculturais sobre a redução da maioria penal no Brasil contemporâneo. In: CUSTÓDIO, André Viana; DIAS, Felipe da Veiga; REIS, Suzéte da Sil-

va. (Org.). *Direitos humanos de crianças e adolescentes e políticas públicas*. Curitiba: Multideia Editora, 2014. Disponível em : [https://www.academia.edu/23711535/Direitos humanos de crian](https://www.academia.edu/23711535/Direitos_humanos_de_crian%C3%A7as_e_adolescentes_e_pol%C3%ADticas_p%C3%BAblicas)
[%C3%A7as e adolescentes e pol%C3%ADticas p%C3%BAblicas](https://www.academia.edu/23711535/Direitos_humanos_de_crian%C3%A7as_e_adolescentes_e_pol%C3%ADticas_p%C3%BAblicas). Acesso em: 04 abr. 2020.

GOBBO, Edenilza; MULLER, Crisna Maria. A prática pedagógica das medidas socioeducativas. *Emancipação*. Ponta Grossa, v. 11, n. 2, p. 175-187. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/267987326_A_pratica_pedagogica_das_medidas_socioeducativas The pedagogical practice of socio-educational measures. Acesso em: 20 mai. 2020.

MALVASI, Paulo Artur. Entre a frieza, o cálculo e a “vida loka”: violência e sofrimento no trajeto de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. *Saúde e Sociedade*. São Paulo, jan./ mar. 2011, v. 20, n. 1 p. 156-170. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/BttBH7JhTDS-BhBJ5yxxz8Y3K/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 mai. 2020.

MINAHIM, Maria Auxiliadora; SPOSATO, Karyna Batista. A internação de adolescentes pela lente dos tribunais. *Revista Direito GV*. São Paulo, jan./jun. 2011, p. 277-298. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/tksdLg99G49Y43W4LkHK9bx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 maio. 2020.

NASCIMENTO, Sueli do. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 101, jan./mar. 2010, p. p. 95-120. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/TDC-qtLhvDvRnRmDXhtTBHZK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 ago. 2020

OLIVEIRA, Thiago Rodrigues. Mecanismos sociais de decisões judiciais: um desenho misto explicativo sobre a aplicação da medida socioeducativa de internação. *Revista Brasileira de Sociologia*. Vol. 5, n. 10, mai./agos. 2017, p. 58-88. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/rbsociologia/index.php/rbs/article/view/281>. Acesso em: 06 jun. 2020.

ONU. Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude. *Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça, da Infância e da Juventude (Regras de Beijing)*. 1985. Disponível em: <https://acnudh.org/pt-br/regras-minimas-das-nacoes-unidas-para-a-administracao-da-justica-da-infancia-e-da-juventude-regra-de-beijing/>. Acesso em: 10 jun. 2020.

ONU. Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade. *Regras Mínimas das Nações Unidas Para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade*. 1990. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/RegNacUniProtMen-PrivLib.html>. Acesso em: 10jun. 2020.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018, p. 345-375.

PAULA, Paulo Afonso Garrido de; SILVA, Antonio Fernando Do Amaral e; NICODEMOS, Carlos. Natureza do sistema de responsabilização do adolescente autor de ato Infracional. In: ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA. (Org.). *Justiça, Adolescente e Ato infracional: socioeducação e responsabilização*. São Paulo: ILANUD, 2006, p. 25-48.

SCISLESKI, Andrea Cristina Coelho; BRUNO, Bruna Soares; GALEANO, Giovana Barbieri; SANTOS, Suyanne Nayara dos; SILVA, Jhon Lennon Caldeira da. Medida socioeducativa de internação: estratégia punitiva ou protetiva? *Psicologia & Sociedade*. Belo Horizonte, v. 27, n. 3, set./dez. 2015, p. 505-515. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/X6VdxJjfGDVbkLYN6pT4N9P/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 06 jun. 2020.

SPOSATO, Karyna Batista. Interpretação e aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente: um olhar hermenêutico-histórico. *Revista da Faculdade de Direito UFMG*. Belo Horizonte, n. 72, jan./jun. 2018, p. 357-376. Disponível em: https://redib.org/Record/oai_articulo2230605-interpreta%C3%A7%C3%A3o-e-aplica%C3%A7%C3%A3o-do-estatuto-da-crian%C3%A7a-e-do-adolescente-um-olhar-hermen%C3%AAutico-hist%C3%B3rico. Acesso em: 06 jun. 2020.

STJ. RHC: 72370 MG 2016/0164202-0, Relator: Ministro RIBEIRO DANTAS. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. REMISSÃO CUMULADA COM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE. POSSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO DESPROVIDO. Data de Julgamento: 06/06/2017, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 14/06/2017. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/>

jurisprudencia/471968669/recurso-ordinario-em-habeas-corpus-rhc-72370-mg-2016-0164202-0?ref=serp. Acesso em: 01 set. 2020.

VERONESE, Josiane Rose Petry. *Direito penal juvenil e responsabilização estatutária: elementos aproximativos e/ou distanciadores? O que diz a Lei do SINASE: a inimputabilidade penal em debate*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

VERONESE, Josiane Rose Petry. O adolescente autor de ato infracional sob a perspectiva da intersetorialidade. *Revista do Direito*, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 47, p. 125-143, set. 2015. ISSN 1982-9957. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/6430>. Acesso em: 09 jun. 2020.

